



COISAS DA POLÍTICA

Dora Kramer

Senado põe a ética na berlinda

Mais que o destino político do senador Antonio Carlos Magalhães, o que está em jogo no momento é o futuro do próprio Conselho de Ética do Senado, cujo colegiado iniciou ontem uma sindicância para esclarecer se houve ou não envolvimento de ACM no caso das escutas telefônicas ilegais na Bahia.

O primeiro depoimento, do delegado-presidente do inquérito da Polícia Federal, Gesival Gomes, rendeu o esperado: nada. Surpreendente seria se o delegado revelasse informações relevantes ainda no transcurso das investigações. Poderia prejudicá-las e até inviabilizá-las.

Considerações contundentes ou a antecipação de conclusões poderiam, no limite, custar a Gesival Gomes sua permanência à frente do inquérito. Portanto, o que ele disse ou deixou de dizer ontem conta zero ponto na ordem dos acontecimentos.

Chamou atenção de verdade o fato de os senadores terem aberto tão facilmente o flanco do questionamento sobre a razão de ser do conselho de agora em diante:

A votação da proposta de agenda de depoimentos feita pelo relator, que na realidade expôs a jogo a continuidade ou não dos trabalhos do conselho, mostrou o quanto estão marcadas as cartas ali dentro.

O resultado, nove votos a favor da convocação de novos depoentes contra seis em defesa da suspensão da sindicância até a conclusão do inquérito policial, em maio, foi o mesmo registrado na sessão que decidiu pela convocação do conselho para examinar o caso. Nove senadores foram pela instalação do fórum político e seis votaram contra.

A tentativa dos integrantes da banca de defesa do senador Antonio Carlos, de dar à ação do conselho a mesma destinação da natimorta CPI instalada na Assembléia Legislativa da Bahia, à primeira vista não foi bem-sucedida.

Mas só à primeira vista e, ainda assim, se considerarmos apenas o resultado da votação final.

Durante boa parte das quase quatro horas de reunião, o delegado convidado a prestar esclarecimentos assistiu mudo aos senadores discutirem se deveriam ou não esperar a conclusão do inquérito presidido por ele para, só então, levarem adiante a tarefa por eles próprios aprovada.

Não seria estranho se, em seu silêncio, o delegado estivesse se perguntando a propósito do que mesmo estavam reunidos ali aqueles senhores.

Em tese, autoconvocaram-se para a missão de examinar se, do ponto de vista político, um de seus pares havia infringido ou não as regras do decoro parlamentar. Seja como mandante do crime escuta telefônica sob autorização judicial forjada, seja pelo uso do material resultante dos gramos.

Na prática, porém, os parlamentares demonstraram que não tinham muita certeza a respeito de seus papéis e da prerrogativa do Conselho de Ética. Este, não depende em nada da polícia.

São processos distintos, com critérios diferentes, não obstante tenham origem num único fato. Há vários precedentes de punições no Parlamento que independem do transcorrer dos processos legais e policiais.

O senador em questão é um exemplo. Seu envolvimento na violação do painel de votação do Senado ainda está em curso e, no entanto, viu-se obrigado a renunciar para não perder o mandato por obra das investigações levadas a termo pelo Conselho de Ética sobre o mesmo caso.

Quando, já na sua primeira sessão de sindicância, o conselho abre a discussão a respeito da utilidade ou não da continuidade da tomada de depoimentos, está fornecendo argumento aos que pretendem esvaziar as investigações do Senado.

E nisso incluem-se todos os que buscam – e ontem foram muitos – limitar a convocação de testemunhas, teoricamente porque elas não teriam nada a acrescentar ao que já foi dito à polícia. Usaram desse expediente ontem até senadores que se dizem favoráveis ao exame do caso pela ótica do decoro parlamentar.

Ora, se concordam que o Senado deve investigar e reconhecem que a natureza da investigação é diferente da feita pela polícia, por que a selecionar, excluir, depoimentos?

Muito provavelmente porque, diante das câmeras de televisão, algumas testemunhas sejam mais desconfortáveis que as outras.

E, ante essa tentativa de controle sobre o impacto dos depoimentos na opinião pública, é que se impõe a desconfiança a respeito da limpidez dos propósitos presentes e do rumo futuro do Conselho de Ética do Senado.

TIPO EXPORTAÇÃO

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social foi convidado para integrar a associação internacional da entidades similares, à qual são filiados 40 países.

O Brasil será o primeiro da América Latina. A solenidade de filiação será dia 24 de junho em Argel, na Argélia.